

Por que humanizar o jornalismo (?)

Why humanize journalism (?)

Jorge Kanehide Ijuim

Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n,
Trindade, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil. ijuimjor@gmail.com

Resumo. O ponto de vista que proponho já no título deste trabalho visa contribuir para a reflexão sobre o papel do Jornalismo. Neste artigo, de caráter ensaístico, procuro questionar se o Jornalismo, como um dos meios de socialização, tem também como missão humanizar. Abordo aqui pelo menos três situações que me levam a acreditar na necessidade de humanizar o Jornalismo, quais sejam: (i) quando caricaturiza o ser humano, (ii) quando ignora a complexidade do fenômeno, (iii) quando não reconhece o Outro. Para tanto, trago à discussão as influências do pensamento social moderno no Jornalismo com base nas ideias de Boaventura de Sousa Santos (2002, 2010) e de Edgar Morin (2006). Ao considerar a responsabilidade e a importância dos modelos jornalísticos para a compreensão do tema, desenvolvo uma crítica a partir de estudos de Cremilda Medina (2008).

Palavras-chave: jornalismo e sociedade, teorias do jornalismo, epistemologia, humanização.

Abstract. The view that I propose, hinted at in the title of this work, aims to contribute to a reflection on the role of Journalism. In this essay, I try to question whether journalism, as one a means of socialization, also has the mission of humanizing. Here, I approach at least three situations that have led me to believe in the need to humanize journalism, namely: (i) when journalism caricatures the human being, (ii) when it ignores the complexity of the phenomenon, (iii) when it does not recognize the Other. For this reflection and based on the ideas of Boaventura de Sousa Santos (2002, 2010) and Edgar Morin (2006), I bring to discussion the influences of modern social thought in Journalism. In considering the responsibility and importance of journalistic models for understanding the theme, I develop a critique based on studies by Cremilda Medina (2008).

Keywords: journalism and society, theories of journalism, epistemology, humanization.

Preceitos e compromissos

Para que serve o Jornalismo? O Jornalismo, como um dos meios de socialização, tem também como missão humanizar? O ponto de vista que proponho já no título deste artigo visa contribuir para a reflexão sobre o papel do Jornalismo. As várias visões – sejam da tradição europeia baseada na formação de opinião, ou da norte-americana fundamentada no direito à informação (Merton, 1970) –, refletem nos

manuais profissionais do nosso campo, em geral, abordagens mais pragmáticas. Vladimir Hudec, ao explicitar algumas finalidades por esta corrente europeia, menciona que “o jornalismo orienta socialmente o público, formula e exprime as suas diferentes opiniões, atitudes e ações sociais, as suas concepções de mundo” (Hudec, 1980, p. 36-37).

Os norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) evidenciam a tradição de defesa pelo direito à informação ao destacarem

a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América. Por este documento, “[...] o Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa”. Por isso mesmo, os autores acreditam que a principal finalidade do jornalismo é “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (Kovach e Rosenstiel, 2004, p. 31).

De fundo filosófico e político, o pragmatismo destas noções influenciou o pensamento jornalístico do nosso país de várias maneiras. Percebe-se, contudo, que elas apenas margeiam os primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

I - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948).

Os códigos de ética e deontológicos do nosso fazer enfatizam estes preceitos. A começar pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007), este institui como um dos deveres do profissional “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. No mesmo artigo 6º, detalha a preocupação de “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias”. Os jornalistas portugueses adotam postura semelhante em seu Código Deontológico ao sublinhar que “o jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade ou sexo” (ERC, 1993).

A Federação Internacional de Jornalistas também acompanha esta linha de raciocínio ao estabelecer como um de seus princípios que “o jornalista estará ciente do perigo de a imprensa promover discriminação, e fará o extremo para evitar discriminação baseada, entre outras coisas, em raça, sexo, orientação sexual, linguagem, religião, ou opiniões políticas e origens nacionais ou sociais” (FIJ, 1954).

Já os Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo emitido pela quarta reunião consultiva de organizações internacionais de jornalistas profissionais, em Praga e Paris em 1983, tais preceitos são ainda mais especificados. Ao fazer referência ao Respeito aos valores universais e à diversidade de culturas, o documento assinala que “Um verdadeiro jornalista zela pelos valores universais de humanismo, acima de tudo paz, democracia, direitos humanos, progresso social e liberação nacional [...]”. No artigo em que aborda a preocupação de Eliminação da guerra e de outros grandes males que confrontam a humanidade, preceitua:

XIX - O compromisso ético para com os valores universais do humanismo pede que o jornalista se abstenha de qualquer justificação para, ou incitação para, guerras de agressão e a corrida armamentista, especialmente em relação a armas nucleares, e todas as outras formas de violência, ódio ou discriminação, especialmente o racismo e o apartheid, a opressão de regimes tirânicos, o colonialismo e o neocolonialismo, como também outros grandes males que afligem a humanidade, como a pobreza, a desnutrição e as doenças. Fazendo assim, o jornalista pode ajudar a eliminar a ignorância e o desentendimento entre os povos, fazer com que os nacionais de um país sejam mais sensíveis em relação às necessidades e desejos dos outros, assegurar o respeito aos direitos e à dignidade de todas as nações, todos os povos e todos os indivíduos sem distinção de raça, sexo, idioma, nacionalidade, religião ou convicção filosófica (UNESCO, 1983).

Diante destes compromissos assumidos pelos profissionais, vale reafirmar o questionamento: O Jornalismo, como um dos meios de socialização, tem também como missão humanizar? No meu entender, sim. Como já escrevi anteriormente, por meio de um jornalismo humanizado podemos produzir narrativas em que o ser humano seja o ponto de partida e de chegada (Ijuim, 2002, 2012).

Ao provocar esta discussão, já fui questionado se existe algum jornalismo inumano ou desumanizado, uma vez que a comunicação é um ato humano. Este ato humano de comunicar tem sido, em todos os momentos, humanizados ou humanizadores? Eu creio que não. Justamente por isso, neste trabalho, de caráter ensaístico, procuro abordar pelo menos três situações que me levam a acreditar na necessidade de humanizar o jornalismo, quais sejam: (i) quando caricaturiza o ser humano, (ii) quando ignora a complexidade do fenômeno,

(iii) quando não reconhece o Outro. Para tanto, trago à discussão as influências do pensamento social moderno no Jornalismo com base nas ideias de Boaventura de Sousa Santos (2002, 2010a, 2010b) e de Edgar Morin (2006). Ao considerar a responsabilidade e a importância dos modelos jornalísticos para a compreensão do tema, desenvolvo uma crítica a partir de estudos de Cremilda Medina (2008). Os exemplos que ilustram as situações aqui debatidas foram colhidos nos últimos doze anos em que venho investigando tais questões.

Caricatura do ser humano

Desde já é importante lembrar que as bases para o Jornalismo Moderno foram estabelecidas no Século XIX, quando a Imprensa institucionalizou-se como empresa de comunicação. Esta transformação aconteceu no clima e na circunstância da predominância do pensamento funcional-positivista. Esses princípios operaram tanto nas práticas científicas como nas práticas comunicacionais. Como salienta Cremilda Medina, naquele período, “se propõe gramáticas presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social” (Medina, 2008, p. 18).

Cabe esclarecer aqui as diferenças e as relações entre Jornalismo e Imprensa. Conforme advertiu Adelmo Genro Filho, a *imprensa* é o corpo material do Jornalismo, o processo técnico que resulta num produto final. Já o *jornalismo* é a modalidade de informação que surge sistematicamente destes meios para suprir certas necessidades histórico-sociais (Genro Filho, 2012, p. 182).

Os influxos positivistas levados aos modelos jornalísticos tiveram grande importância para sua evolução. A efervescência socioeconômica, política e cultural daquele final de século na Europa respondiam ao crescimento demográfico e o aumento da alfabetização. Este quadro exigia uma comunicação mais ágil e, da mesma maneira, mais informações da atualidade, o que refletiu em simplicidade e concisão na linguagem. O gênero reportagem criou condições para a narração da experiência humana na forma de cenas do cotidiano. O rigor científico traduziu-se nas salas de redação em trabalho de apuração e checagem de dados, com ganhos em precisão, entre outros benefícios (Medina, 2008).

Mas este espírito predominante também

levou à Imprensa posturas que provocaram desvios fundamentais. Como ressalta Boaventura de Sousa Santos (2010a), a Ciência Moderna adquiriu o status de modelo único, que reduz os fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. Santos acredita que esta lógica, ao enfatizar o real e o útil, privilegia a relação *sujeito-objeto*. Na maioria das vezes adequado nas ciências naturais, no campo social esta objetivação desliza ao enxergar fenômenos também como objetos (coisificação). Esta racionalidade científica, “fundamentada no rigor matemático, quantifica e, ao quantificar, desqualifica; ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada e, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza” (Santos, 2010a, p. 54).

Este equívoco se reproduz no jornalismo ao encarar a maioria dos acontecimentos como “coisas”. Ao analisar uma amostra de matérias sobre o sistema prisional publicadas em vários veículos do país, constatei a força desta racionalidade. Primeiro, há grande incidência sobre a ocorrência de tentativas de fugas e rebeliões. Quando uma reportagem se propõe a tratar o assunto de forma reflexiva, o tom recai para as insuficiências do sistema, a insegurança da população com as fugas. Em outras palavras, o tema é visto como *fato-coisa* e não de maneira a ultrapassar o campo da segurança pública – não é tratado como *fenômeno social*. Por que a sociedade necessita de tantas prisões e penitenciárias? Raramente uma matéria jornalística provoca a discussão sobre as causas do aumento da violência, conjugada ao estado de pobreza da população, ao índice de desemprego, a instabilidade familiar, entre outros fatores.

Ao ignorar o fenômeno social nos acontecimentos, esta racionalidade tem levado a imprensa a constituir critérios de noticiabilidade que privilegiem o imediato em detrimento da reflexão sobre a complexidade das questões sociais. Postura semelhante tem sido adotada ao abordar pautas relacionadas a minorias raciais, pessoas em situação de rua, indígenas, trabalhadoras do sexo. Sobre estas, vale observar um pequeno trecho veiculado por um importante jornal de Brasília:

Elas vendem o que o diabo compra. Algumas negociam o rebolado das filhas com uma pistola na cintura. Disparam se o cliente abusa. Não se acham devassas nem contraditórias. Dizem-se realistas.

Outras se desesperam com a fome das crianças, dormem com bandidos e acordam cobertas de

sangue, como Luiza Rodrigues, 21 anos e 17 navalhadas espalhadas pelo corpo maltratado nos becos e motéis de Corumbá.

A rua plantou quatro brasileiros no ventre de Luiza. Cada um de um pai diferente, quatro homens que não educam, não sustentam nem veem os filhos.

Filhos da pistoleira, Caderno especial "Filhos da Mãe" (CORREIO BRAZILIENSE, 2005, p. 4-5).

Note-se que os personagens nesses dois casos são tratados como objetos, o que leva repórteres e editores a carregarem em seus fazeres vários estereótipos e estigmas que banalizam a vida humana. Assim, estes seres humanos não têm sido representados como pessoas, mas como caricaturas desses fenômenos. E isso desumaniza.

Complexidade dos acontecimentos

Na mesma crítica à Ciência Moderna já mencionada, Santos argumenta que esta racionalidade destrói a personalidade da natureza. Assim, "o conhecimento ganha em rigor o que perde em riqueza, e a retumbância dos êxitos da intervenção tecnológica esconde os limites da nossa compreensão do mundo e reprime a pergunta pelo valor humano do afã científico assim concebido" (Santos, 2010a, p. 54). Em outros termos, o autor relativiza a sobrevalorização da ciência e da tecnologia em detrimento dos valores e dos personagens para os quais estas devem servir.

Sobre esse desprezo aos valores humanos, Paulo Freire (1983) se contrapõe ao defender a importância de um compromisso do profissional com a sociedade. Para o autor, firmar o compromisso com o mundo tanto requer humanizar como é decorrência de um processo humanizador – humanização dos outros homens, como de si mesmo. Humanização, para Freire, portanto, exige engajamento com a realidade, cumplicidade com o outro – solidariedade. Ao negar este compromisso e esta solidariedade, o jornalista – alienado dos valores universais – ignora também a complexidade dos acontecimentos que deve investigar.

Tanto Santos como Edgar Morin advertem sobre as heranças do pensamento cartesiano. René Descartes, em seus estudos sobre o universal e o particular, criou uma visão de mundo que separa, fragmenta, disciplinariza. Para

Morin, Descartes produziu um paradigma simplificador, pois a simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Por isso mesmo, "o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução)" (Morin, 2006, p. 59). Em contrapartida, o pensador francês ressalta a necessidade de um pensamento complexo, que decorre da ideia de tecido – *complexus*, o que é tecido junto. Esta noção nos leva a considerar que o jornalista deve observar a realidade como um tecido de acontecimentos, de forma compromissada e solidária aos valores universais, identificada com a sociedade que este profissional (teoricamente) tem que servir.

Como ler/compreender a pauta? Como transformar a pauta numa narrativa que crie identificação com a audiência? Vejamos outro episódio¹: O IBGE divulga periodicamente os resultados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. O relatório disponibilizado em setembro de 2008 apresentou a evolução do país em aspectos como população ativa, trabalho com carteira assinada, trabalho infantil, acesso à educação formal, entre outros. Dois grupos de comunicação de grande abrangência cobriram o tema de maneiras distintas.

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou, no dia seguinte, uma série de matérias sobre o assunto com o destaque "Retrato do Brasil". Vale realçar que as 13 matérias se basearam fundamentalmente no relatório do IBGE; além disso, foram ouvidas as fontes oficiais, em especial o coordenador da pesquisa, os ministros do Trabalho e da Previdência. O segundo jornal analisado, *O Estado de São Paulo*, publicou no dia seguinte um caderno de seis páginas intitulado PNAD Especial. As pautas, aparentemente semelhantes, foram desenvolvidas de forma diversa. Além do relatório do IBGE e das fontes oficiais, O Estadão preocupou-se em ouvir os beneficiados com as carteiras assinadas, as pessoas que tiveram maior acesso aos bens de consumo, os novos alfabetizados, os trabalhadores infantis. As diferenças na construção das narrativas podem parecer sutilezas, mas não são. O primeiro jornal foi competente para analisar o 'retrato do Brasil' num ponto de vista macro: o que cresceu, como, por quê. O segundo, além disso, lembrou que tais nú-

¹ Realizei estudo sobre o tema que foi publicado na Revista *Em Questão* (Ijuim, 2009).

meros são constituídos por pessoas que têm nome, endereço, carteira identidade e histórias de vida.

Solidariedade, portanto, também se refere à possibilidade que um fazer jornalístico que permita criar nexos entre o que se propõe a divulgar e a maior identificação com a audiência. Por um lado, a ênfase da primeira cobertura foi simplificadora e reducionista e atendeu a um público – provavelmente uma elite – que precisa desses números para tomar decisões. Por outro, a segunda cobertura, ao atribuir um caráter mais abrangente, proporcionou oportunidades para que mais pessoas pudessem ‘se ver’, se identificar nas matérias.

Em outro estudo que realizei recentemente², abordei um episódio que também permite refletir sobre a importância de uma visão complexa. No primeiro semestre de 2016, a imprensa catarinense divulgou uma série de reportagens destacando o aumento da produção de soja no estado. Ao examinar uma amostra deste material jornalístico, constatei a partir dos títulos e pela construção das narrativas, o clima de entusiasmo dos produtores que denotam um tom de celebração. Veiculadas em jornal diário e em noticiário de TV aberta, o foco foi exclusivamente econômico, sem qualquer conexão com o dia a dia do cidadão comum. A abordagem adotada não causaria estranheza se essas reportagens fossem veiculadas na região Centro-Oeste, onde a área plantada desse grão supera os 15 milhões de hectares, ou fossem divulgadas em publicações ou programas especializadas em agronegócio. Mas Santa Catarina dispõe de dimensões modestas (95 mil km²) e construiu historicamente a tradição na produção de alimentos básicos por meio da agricultura familiar.

Esta aparente mudança no panorama nos permite algumas questões: Essas notícias estariam a sinalizar a prioridade de uma balança comercial positiva em detrimento da agricultura familiar? Mas... Se a soja é um produto predominantemente de exportação, esse crescimento pode comprometer a produção e o mercado de alimentos básicos? Tal fato me estimulou a desenvolver uma linha de raciocínio para complexificar a investigação. Dessas primeiras perguntas sobreveio a observação

de outros indícios importantes. Ao ampliar a amostra do material, averigui que o aumento do cultivo da soja vem ocupando áreas originalmente destinadas a outros produtos, como o milho. Ora, se os cultivares da soja passam a ocupar espaço tradicionalmente do milho, a oferta deste será menor e estará mais caro; o milho é o principal insumo para a ração para frangos, suínos e gado, logo, também poderá fazer aumentar o preço da carne de frango e de suínos, do leite.

Ao prosseguir no exame de reportagens, notei que no sentido macro o tema ganha ainda maior complexidade. No início de 2016, os preços do arroz e do feijão, o componente básico do cotidiano do brasileiro, teve alta significativa por conta do tamanho da safra. Esta teria sofrido a influência de algumas variáveis como as condições climáticas desfavoráveis – muita chuva no sul e seca ao norte. Outras matérias dão conta de que o país tem importado muito desses alimentos básicos. Ao cidadão é difícil entender porque o país exporta tanto algumas espécies de grãos e importa tantas outras. Os especialistas normalmente têm explicações para tudo, mas necessariamente não convencem o leigo preocupado com a conta do supermercado. Como ou por que exportar soja para a China e importar daquele mesmo país o feijão-preto? Por que o Brasil precisa importar tanto trigo?

O clima de entusiasmo e o tom de celebração proclamado pelo noticiário regional me levam a inferir que a cobertura da imprensa regional sobre esses resultados sugere: (i) foco restrito ao econômico, (ii) falta de abrangência – fatos periféricos ou correlatos que possam ajudar a dar nexos, a contextualizar o fato original, (iii) admite que os bons resultados da produção de soja sejam o melhor para todos, (iv) despreza as necessidades (alimentação básica) dos principais interessados – os cidadãos.

Portanto, pelos dois casos aqui discutidos, pode-se deduzir que o repórter “focado nos fatos”, ao ler/compreender uma pauta por um pensamento disjuntivo e reducionista, ignora a complexidade do fenômeno; não engajado à realidade, perde em cumplicidade com o outro e, por isso, não reporta a vida. E isso desumaniza.

² Pesquisa que desenvolvo junto ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC intitulada “O pensamento moderno e os modelos jornalísticos”. Em resultados parciais, elaborei o trabalho “Modernidade e modelos jornalísticos: Ordem e progresso como critério de noticiabilidade” que foi apresentado no XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul (Curitiba, PR), de 26 a 28/05/2016 (Ijuim, 2016).

Reconhecer o Outro, comunicar-se com o Outro

O indígena, a prostituta, o migrante ou o pobre ainda são “estranhos” aos olhos de setores da imprensa brasileira. Várias motivações de ordem socioculturais colaboram para a criação de estereótipos e a consequente discriminação destes e de outros grupos sociais. Estranhar, não reconhecer o Outro é uma maneira de reforçar estigmas. E a imprensa tem reproduzido esta postura discriminatória que desqualifica o ser humano.

Para Boaventura de Sousa Santos (2010b), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Este consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos. A divisão é tal que o “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Santos enfatiza que “inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (2010b, p. 23). A principal característica do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha, pois, para além da linha, há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.

Para o autor, a modernidade ocidental constituiu um paradigma fundado na tensão entre regulação e emancipação social, pelo qual transcorreram os principais conflitos modernos. Simultaneamente a esta, ocorre outra, a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. Enquanto as metrópoles vivenciaram a dicotomia regulação/emancipação, as colônias sofreram a apropriação/violência. Segundo Santos, no entanto, o pensamento abissal moderno salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções. A naturalização dessas ideias interfere na postura adotada por setores da Imprensa brasileira, assim como suas práticas – como uma produção cultural educada sob essa hegemonia – colaboram para tal naturalização. Como podemos notar em casos a seguir:

(i) Estigmas de migrante

Um fato emblemático envolvendo migrantes aconteceu em Florianópolis em 2014. Em matéria veiculada pelo Grupo RBS (TV, jornal e portal de notícias), um estudante de Cabo Verde em intercâmbio na Universidade Fede-

ral de Santa Catarina teria tentado estuprar duas moças. Publicada como ‘caso de polícia’, a reportagem provoca questões relevantes sobre o enfoque e a abordagem, como se pode averiguar neste fac-símile:

Africano é preso suspeito de tentar estuprar duas estudantes na UFSC

Um africano foi preso em flagrante suspeito de tentar estuprar duas jovens dentro do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis, entre a noite de sexta (21) e a madrugada deste sábado (22). Segundo a polícia, o homem de 28 anos tentou estuprar duas estudantes, de 19 e 22 anos.

O homem de Cabo Verde e as duas garotas estavam em uma festa no campus do bairro Trindade. De acordo com o setor de segurança da UFSC, minutos depois da primeira tentativa frustrada, o jovem teria atacado outra estudante no bosque da universidade.

A primeira estudante ficou ferida no rosto. Ela também foi à delegacia e denunciou o africano. Na Central de Polícia, o suspeito negou as acusações. “Eu não tentei estuprar nenhuma delas. Como tu ia tentar estuprar uma pessoa com no mínimo 500 pessoas ali? Como tu ia fazer isso?”, afirmou Claudino Brandão Lopes.

Mesmo negando, diante do relato das vítimas, o suspeito foi autuado em flagrante por estupro, já que pela lei não é necessário que o ato sexual seja consumado para caracterizar o crime. A situação do africano ficou ainda pior, já que ele está ilegal no Brasil por causa de documentação vencida. Ele foi encaminhado para o presídio da Capital.

De acordo com o agente de segurança da UFSC, crimes são comuns durante as festas que acontecem durante a madrugada no campus (G1 SC, 2014, grifos meus).

Focado como notícia de polícia, o repórter ateve-se a ouvir fontes oficiais, quais sejam os responsáveis pela investigação e o setor de segurança da Universidade. Ao colher o depoimento do estudante, o jornalista transcreve de maneira burocrática uma fala rápida, dando-lhe pouca ênfase. A maior preocupação do profissional, ao que parece, foi evidenciar a condição do personagem como imigrante. Do título à última linha, o texto cita o termo “africano” quatro vezes. Por que esta repetição africano... africano... africano... africano? A “estranha estranheza” do repórter não esconde uma questão de fundo. O estudante de Cabo Verde é menos estudante que os outros? Claudino Brandão Lopes, que teve nome citado apenas no quinto parágrafo, é menos humano que os demais? É natural de Cabo Verde, portanto africano, logo, é negro (?).

O mais estranho, neste caso, foi o seu desdobramento. As duas moças envolvidas retiraram a queixa depois que repensaram os fatos. Esta informação só foi compartilhada pela rede de estudantes da comunidade cabo-verdiana da Universidade. A imprensa não publicou uma linha sequer sobre esta sequência.

(ii) *Índio inconveniente*

Sobre a questão indígena, tenho acompanhado os conflitos no Morro dos Cavalos, próximo a Florianópolis, e em Mato Grosso do Sul, estado em que vivi por 14 anos. Em recente estudo, em parceria com dois pesquisadores da UFMS³, discurremos sobre os embates entre fazendeiros e indígenas. Naquele estado, as tensões entre ruralistas e os povos indígenas registram casos marcantes. Alguns episódios de violência tiveram repercussão nacional e internacional como o assassinato do líder Marçal de Sousa (Tupã-i), em 1983. Outro caso expressivo foi a morte do cacique Marcos Verón, em 2003 e um caso mais recente foi o “Caso Guaiviry”, em 2011, que resultou na morte do cacique Nísio Gomes. Em finais de agosto de 2015, indígenas ocuparam fazendas no município de Antônio João, no interior do estado. A presidente do Sindicato Rural local decidiu retomar as propriedades e, acompanhada de pelo menos 100 homens armados, reocuparam uma das fazendas. O confronto levou o líder indígena Simeão Vilhalva à morte.

Em nossa avaliação, a questão de fundo nesses episódios tem sido um jogo de “legitimação-deslegitimação” entre proprietários e indígenas. O discurso na cobertura enfatizou, de um lado, o ruralista que adquiriu legalmente suas terras e tem direito à propriedade e, de outro, o indígena como o transgressor que supostamente usa da violência para violar a ordem estabelecida. A pesquisa nos possibilitou inferir que a principal causa para tais embates se deve às tensões entre o modelo desenvolvimentista ocidental e o modo de vida do índio – bom viver (*tekove porã*).

As linhas entre índios e não-índios se tornam mais profundas na medida em que, em nome do progresso, a “civilização avassaladora” alarga seus domínios. Para o ruralista, tudo que bloqueia seus objetivos não deve

existir. Em *Sociologia das ausências* (2002), Boaventura de Sousa Santos sublinha que a geração de não-existência foi acentuada na Modernidade que desenvolveu uma razão indolente. A indolência está em impor ao todo o que é característica de uma das partes, ou seja, os interesses do homem ideal – europeu, branco, letrado, rico, dominador. Conforme este pensamento dominante, toda pessoa fora do padrão é invisível, não existe e, no caso do indígena brasileiro, não precisa ser ouvido e respeitado.

Por outro lado, esta lógica, segundo Santos, determina uma série de monoculturas. A monocultura do *saber* enfatiza a primazia do saber científico e da alta cultura; despreza e desconsidera quaisquer outros saberes. A monocultura do *tempo linear* entende que a história tem uma direção única e conhecida, a do progresso, modernização, desenvolvimento e, por isso, os que não se adaptam representam o atraso. A lógica da *classificação social* se assenta na naturalização das diferenças e, assim, despreza e não reconhece o outro, o diferente. Já a lógica da *escala dominante* torna irrelevante qualquer outra escala; esta privilegia o global e o universal – as características e interesses locais são irrelevantes. Por último, a lógica *produtivista*, que se apoia na monocultura dos critérios de produtividade capitalista; nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve a esse objetivo.

Quem é o indígena? Por esta racionalidade, o seu saber é “primitivo”, seu modo de vida não visa o “progresso”, é “atrasado”, é um ser “inferior e pouco sociável”, por isso “dominado” e “improdutivo”. Assim, é um inconveniente e irrelevante.

A lógica que conduziu as duas coberturas aqui mencionadas nos permite perceber o quanto o pensamento abissal e a razão indolente incidem sobre a atuação do profissional de Imprensa que, componente de uma fatia do mesmo bolo social, reproduz e reforça preconceitos, estigmas. O indígena ou o migrante, posicionados no outro lado da *linha abissal*, devem ser mantidos abaixo na *classificação social* estabelecida por um pensamento hegemônico? Não reconhecer o Outro, não se comunicar com o Outro, desumaniza.

³ Como resultado parcial da mesma pesquisa que realizo na UFSC já mencionada, elaboramos trabalho em coautoria com o antropólogo Antônio Hilário Aguilera Urquiza e a jornalista Moema Guedes Urquiza. Este foi publicado na revista *Extraprensa* (Ijuim et al., 2016).

Considerações finais

As três situações aqui debatidas que, na minha avaliação, denotam a necessidade de humanizar o Jornalismo, parecem destoar, de um lado, das noções sobre o seu papel, seja de direito à informação ou de formação de opinião. Assim também, confrontam os preceitos aceitos e compromissados pela categoria profissional, em várias instâncias, de defender os valores humanos, de repudiar a discriminação e todas as formas de preconceito.

Caricaturizar o ser humano, não perceber a complexidade dos fenômenos e não reconhecer e não se comunicar com o Outro, me parece, são maneiras de não colocar o ser humano como ponto de partida e de chegada na narrativa jornalística. Como escrevi anteriormente, entendo por um jornalismo humanizador quando o repórter,

[...] em sua relação com o mundo, esvazia-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo (Dines), de empatia, de solidariedade às dores universais (Medina). Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador (Ijuim, 2012, p. 133-134).

Estas noções, acima de tudo, coadunam-se com os preceitos da Declaração dos Direitos Humanos aqui citados. Encontra diálogo com o Humanismo Universalista, do argentino Mario Luis Rodríguez Cobos, mais conhecido como Silo, interpretado pelo italiano Salvatore Puledda (1996). Em síntese, esta linha de pensamento esclarece:

Os humanistas são mulheres e homens deste século, desta época. Reconhecem os antecedentes do humanismo histórico e se inspiram nos aportes das distintas culturas, não somente daquelas que ocupam um lugar central neste momento; - pensam no futuro, lutando para superar a crise geral do presente. São otimistas, acreditam na liberdade e no progresso social; - são internacionalistas, aspiram a uma nação humana universal. Compreendem globalmente o mundo em que vivem. Não desejam um mundo uniforme, mas múltiplo: em etnias, línguas e costumes; múltiplo nas localidades, nas regiões e nas autonomias; nas ideias e nas aspirações; em cren-

ças, o ateísmo e a religiosidade; múltiplo no trabalho e na criatividade (Puledda, 1996, p. 148).

Estas noções nem sempre são respeitadas no meio acadêmico e suscitam críticas de serem apenas “intenções” e, assim, não terem fundamento filosófico. O que não concordo. No meu entender, o descrédito está mais por Mario Luis Rodríguez Cobos ser um sul-americano que viveu embasado e contribuiu para uma *Epistemologia do Sul* e, por isso mesmo, não consagrado pelo pensamento eurocentrista. Por essas razões, reafirmo minha identificação às ideias do autor.

Cabe, por fim, também ratificar minhas convicções em torno da necessidade de humanizar o Jornalismo. O compromisso social do profissional e a elevação da consciência para um pensamento pós-abissal são fundamentais.

Referências

- CORREIO BRAZILIENSE. 2005. *Filhos da pistoleira*. Brasília, 31 ago., p. 4-5. (Caderno especial “Filhos da Mãe”).
- ERC. 1993. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Código Deontológico do Jornalista. Portugal. Disponível em: <http://www.erc.pt/documentos/legislacao/CodigoDeontologicoJornalista.pdf>. Acesso em: 20/12/2016.
- FENAJ. 2007. Federação Nacional dos Jornalistas. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Vitória, ES. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf. Acesso em: 20/12/2016.
- FIJ. 1954. Federação Internacional de Jornalistas. Declaração de Princípios da FIJ sobre a conduta dos jornalistas. Bordéus, França. Disponível em: <http://www.ifj.org/es/la-fip/declaracion-de-principios-de-la-fip/>. Acesso em: 20/12/2016.
- FREIRE, P. 1983. O compromisso do profissional com a sociedade. In: P. FREIRE, *Educação e mudança*. 10ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 15-25.
- GENRO FILHO, A. 2012. *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis, Insular, 240 p.
- G1 SC. 2014. Africano é preso suspeito de tentar estuprar duas estudantes na UFSC. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/11/africano-e-presosuspeito-de-tentar-estuprar-duas-estudantes-na-ufsc.html>. Acesso em: 20/12/2016.
- HUDEC, V. 1980. *O que é jornalismo?* Lisboa, Editorial Caminho, 76 p.
- IJUIM, J.K. 2002. *Jornal escolar e vivências humanas: Um roteiro de viagem*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP, 244 p.

- IJUIIM, J.K. 2009. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. *Revista Em Questão*, 5(2):31-43. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/10060/7368> . Acesso em: 27/07/2016.
- IJUIIM, J.K. 2012. Humanização e desumanização no jornalismo: Algumas saídas. *Revista Comunicação Midiática*, 7(2):117-137. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/196> . Acesso em: 27/07/2016.
- IJUIIM, J.K. 2016. Modernidade e modelos jornalísticos: Ordem e Progresso como critério de noticiabilidade. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, XVII, Curitiba, 2016. *Anais...* Curitiba, PR. 12 p. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-1917-1.pdf>. Acesso em: 27/07/2016.
- IJUIIM, J.K., URQUIZA, A.H.A., URQUIZA, M.G. 2016. Imprensa, indígenas versus ruralistas: As tensões entre o modelo desenvolvimentista e o bom viver (*tekove porã*). *Revista Extraprensa*, 9(2):53-70. Disponível em: <http://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/113880>. Acesso em: 27/07/2016.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. 2004. *Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. 2ª ed., São Paulo, Geração Editorial, 302 p.
- MEDINA, C. 2008. *Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo, Summus, 118 p.
- MERTON, R.K. 1970. *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 384 p.
- MORIN, E. 2006. *Introdução do pensamento complexo*. Porto Alegre, Sulina, 120 p.
- ONU. 1948. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, França. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 20/12/2016.
- PULEDDA, S. 1996. *Interpretaciones del humanismo*. México, Plaza y Valdés Editores, 163 p.
- SANTOS, B.S. 2002. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63(1):237-280. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1285>. Acesso em: 27/07/2016.
- SANTOS, B.S. 2010a. *Um discurso sobre as ciências*. 7ª ed., São Paulo, Cortez, 92 p.
- SANTOS, B.S. 2010b. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: B.S. SANTOS; M.P. MENESES, *Epistemologia do sul*. 2ª ed., Coimbra, Almedina, p. 23-71.
- UNESCO. 1983. Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo. Paris, França. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>. Acesso em: 20/12/2016.

Submetido: 14/11/2016

Aceito: 16/12/2016